

NEOLIBERALISMO E DIREITOS HUMANOS¹

António José Avelãs Nunes,
Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra,
<https://orcid.org/0000-0003-0771-5159>

Neoliberalism and human rights

Artigo convidado

RESUMO

Conferência de Abertura do Seminário Internacional sobre Racionalidade Neoliberal e o lugar dos Direitos Humanos, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 23 de Novembro de 2021.

Abstract

Opening Conference of the International Seminar on Neoliberal Rationality and the Place of Human Rights, Faculty of Law of the University of Coimbra, 23 November 2021

● Há quase 50 anos venho defendendo que o *estado social* surgiu, historicamente, como uma *solução de compromisso* para salvar o capitalismo, mudando alguma coisa para conservar o essencial. Os defensores da chamada *teoria da convergência dos sistemas* tentaram, porém, identificar o *estado social* com o socialismo: o capitalismo deixara de o ser, porque o estado social absorveu *elementos do socialismo*. Não valia a pena lutar pelo socialismo, porque o *estado social* concretizava o essencial do socialismo.

¹ Conferência de Abertura do *Seminário Internacional sobre Racionalidade Neoliberal e o lugar dos Direitos Humanos*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 23 de Novembro de 2021.



O ADN do neoliberalismo encerra uma inequívoca vocação totalitária.

Não mudei o meu juízo sobre a natureza do *estado social*, mas quero deixar claro que, nas condições actuais, ao menos na Europa, *o estado social é uma condição indispensável para a salvaguarda da democracia: lutar pelo estado social é lutar pela democracia.*

Os ganhos da produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica são a garantia de que *o fim do estado social* não é uma fatalidade do nosso tempo.

- A *contra-revolução monetarista* veio culpar Keynes e as políticas keynesianas de todos os males do mundo.

Hayek defendeu que “a civilização é o resultado de um crescimento espontâneo e não de uma vontade” e que só a “ordem espontânea” consubstanciada no mercado pode assegurar a *free society*. O *estado social* é o caminho da servidão.

E Milton Friedman equiparou aos *inimigos externos* “os homens de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) e obter grandes transformações sociais” através de *políticas públicas* orientadas para a redução das desigualdades. Por questionarem a fé na *ordem espontânea* hayekiana, são considerados *inimigos internos*.

Associado a certas correntes da filosofia política que acusam o “excesso de carga do governo” (traduzindo: o *estado social de matriz keynesiana*) de ter conduzido à “ingovernabilidade das democracias” e o “excesso de democracia” de ter provocado a “crise da democracia”, o neoliberalismo coloca-se em oposição radical à *democracia económica e social* que ganhou foros de constitucionalidade em bom número de países.

O ADN do neoliberalismo encerra uma inequívoca *vocação totalitária*.

À boa maneira do séc. 18 (“o que é natural é justo”, defendiam os fisiocratas), a ideologia neoliberal considera absurdas e nocivas as políticas que visem a redução das desigualdades. Hayek fala mesmo da “miragem da justiça social” e diz que a “crença na justiça social” não passa de “um sentimento quase-religioso.” “A expressão ‘justiça social’ – escreve ele – não é uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve concor-

dar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica.” Por isso defende que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da linguagem dos economistas.

Interrogando-se sobre as razões que terão levado John Rawls (*Theory of Justice*) a falar de *justiça social*, Hayek insiste na velha tese de considerar ‘socialismo’ tudo o que implicar intervenção do estado no sentido da correção das desigualdades, porque, a seu ver, a *justiça distributiva* representa exactamente aquilo que o socialismo pretende atingir. E conclui como sempre: “na medida em que a crença na ‘justiça social’ orientar a acção política, esta encaminhar-se-á progressivamente para formas cada vez mais próximas de um sistema totalitário.”

As políticas que buscam realizar a justiça social distributiva são sempre encaradas como um *atentado contra a liberdade individual*.

É a afirmação da fé no *deus-mercado* e na sua capacidade para realizar “a concordância admirável do interesse e da justiça”, tornando indissociáveis a liberdade (económica), a eficiência económica e a equidade social.

É a crença nas virtudes mágicas da velha *mão invisível* de Adam Smith, glorificada, em plena crise aberta em 2008, por Alan Greenspan: “A *mão invisível* de Adam Smith está presente em escala global. (...) O modelo de mercado perfeito (...) realmente funciona, se as suas premissas básicas forem observadas.” Afinal o ‘paraíso terrestre’ existe. Só precisamos de *ter fé* na *mão invisível* (agora presente à escala global...) e no *mercado perfeito* (que não existe apenas nos manuais ...).

Milton Friedman é muito claro: “a igualdade entra vivamente em conflito com a liberdade”: “uma sociedade que põe a igualdade à frente da liberdade acabará por não ter nem igualdade nem liberdade”; “uma sociedade que põe a liberdade em primeiro lugar acabará por ter, como feliz subproduto, mais liberdade e mais igualdade.”

O *princípio da responsabilidade social colectiva* é “uma doutrina essencialmente subversiva.” Daí, a necessidade de “derrubar definitivamente este estadoprovidência.”

O neoliberalismo regressa ao velho mito individualista de que cabe a cada indivíduo (como seu *direito* e como seu *dever*) organizar a sua vida de modo a poder assumir, por si só, o *risco da existência* (o *risco da vida*) e acautelar a sua própria sobrevivência. E volta as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade civil e política* para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objectivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objectivo que está na base dos sistemas públicos de segurança social.

Resta a Milton Friedman o mérito de falar claro:

o maior dos males dos programas de segurança social não é o “deprimente esbanjamento de recursos financeiros”, mas “o efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Eles enfraquecem os alicerces da família; reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação; diminuem a acumulação do capital; limitam a nossa liberdade e provocam o declínio das actividades privadas de caridade.” É um ‘crime’ particularmente grave, este último, para quem defende que “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correcto da liberdade.”

Ao defender que a única igualdade a que os homens têm direito é “o seu igual direito à liberdade”, o liberalismo, escudado nesta *liberdade e igualdade formais*, não pode garantir a todos os homens a liberdade e a dignidade a que cada um tem direito. Como todos sabemos, nos tempos em que a caridade era “um exemplo do uso correcto da liberdade”, a mendicância foi considerada um delito punido pelo estado e muitos milhares de ‘mendigos’ foram mesmo executados por cometerem o ‘crime’ de serem pobres, e, por isso, socialmente perigosos.

- O *Ayathollah de Chicago* fez discípulos. Um deles (Ronald Reagan) chegou a Presidente dos EUA e, nesta qualidade, defendeu que “os programas sociais comportam a longo prazo o risco de frustrar os americanos na sua grande generosidade e espírito de caridade, que fazem parte da sua herança.”

Este projecto político de regresso à caridadezinha representa, a meu ver, um retrocesso civilizacional inadmissível nos nossos dias. Recuso-o sem contemplações, em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da dignidade das pessoas, de todas e de cada uma das pessoas.

Tudo lógico: para não frustrar os americanos ricos que gostam de fazer caridade (talvez para ‘lavar’ os pecados e tentar ganhar o céu...), não se pode acabar com os pobres, objectivo ímpio do estado social. Era o que faltava! Invertendo uma expressão corrente no século XVIII (*o luxo dos ricos faz a felicidade dos pobres*), poderíamos dizer que a *abundância de pobres faz a felicidade dos ricos* na terra e permite-lhes ganhar um lugar no céu, como recompensa da sua “grande generosidade e espírito de caridade.”

Esta mesma visão do mundo alimenta também as teses dos que criticam o estado social por ser uma “instituição burocrática”, que “não pode assegurar o essencial do que o homem sofredor – todo o homem – tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal.” Estou a citar a encíclica *Deus caritas est*, do Papa Bento XVI (25.12.2005), na interpretação que dela faz o actual Cardeal Patriarca de Lisboa: “o Papa – escreve ele – refere-se aqui especialmente às actividades sócio-caritativas.”

Pela minha parte, quero deixar bem claro que, quando critico as soluções que assentam nas *actividades assistenciais* e na *caridade*, não estou a criticar as pessoas ou as instituições que praticam a caridade. O que critico é o *projecto político* que ‘mata’ o *estado social*, substituindo-o por um qualquer tipo de *estado assistencial* ou *estado caritativo*, em que a *caridade* seja considerada “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza. O *projecto político* que mata impiedosamente, a golpes de espada, os direitos inerentes ao sistema público de segurança social e promove depois, levantando piamente a cruz, as instituições de caridade, para ajudar os *pobrezinhos, coitadinhos...*

Este *projecto político* de regresso à *caridadezinha* representa, a meu ver, um *retrocesso civilizacional* inadmissível nos nossos dias. Recuso-o sem contemplações, em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da dignidade das pessoas, de todas e de cada uma das pessoas.

- O conceito de *estado garantidor* surgiu no seio da social-democracia europeia, nomeadamente por obra da chamada *terceira via*. É o último traje inventado para *vestir* um estado que se quer cada vez mais *despido* das suas funções sociais, enterrando definitivamente

o *estado social* e a sua capacidade para intervir em áreas vitais da *política económica* (apostada na subordinação do poder económico ao poder político democrático) e da *política social* (promotora da solidariedade e da justiça social, em nome do *princípio da responsabilidade social colectiva*).

O *estado garantidor* coloca-se ao nível dos agentes privados (assumindo-se como uma espécie de *primus inter pares*) e subordina-se às regras do direito privado, *prossequindo o interesse público a partir do mercado*. Dizem os seus defensores que o *estado garantidor* pretende garantir o acesso aos *serviços sociais essenciais*, mas confia a empresas privadas ou de gestão privada a produção e distribuição desses serviços, agora designados em *serviços de interesse económico geral* (a expressão *serviços públicos* ganhou ressonâncias subversivas).

Em suma: o estado não tem que ser (não pode ser) um *estado-empresário*, nem sequer um *estado-prestador-de-serviços*, mesmo dos *serviços públicos*, apesar da sua longa e positiva tradição, ao menos na Europa. O estado deve limitar-se a *garantir* que estes serviços sejam colocados à disposição dos *clientes* (esta a sua nova qualidade). Que sejam empresas públicas ou empresas privadas a fazê-lo é, a esta luz, perfeitamente indiferente. Tudo claro: os *serviços públicos* antes prestados à margem do mercado (gratuitamente ou a um preço muito inferior ao resultante do mercado) são transformados em *indústrias de serviços*, dando lugar a um *mercado milionário*, com lucros garantidos pelo *estado garantidor*.

Basta um pequeno passo para se isentar o *estado garantidor* do dever de organizar e manter um serviço público geral e universal de educação (nomeadamente no que toca ao ensino obrigatório e gratuito) que a todos garanta a liberdade de aprender e de ensinar, sem distinção de credos ou ideologias. O mesmo poderá admitir-se quanto ao serviço nacional de saúde, aos serviços de segurança social (as seguradoras privadas estão desejosas de os prestar), aos serviços de água e de saneamento básico, aos serviços prisionais, até aos serviços de segurança (não há por aí importantes multinacionais que já prestam estes serviços, incluindo *serviços militares*, em palcos de guerra?).

No grande teatro do mundo, os encenadores do ‘espectáculo’ despem o estado capitalista das suas vestes ‘antiquadas’ de estado social e enfeitam-no com tantos adornos que acabam por tornar claro que se trata apenas de máscaras, utilizadas com o propósito de disfarçar a natureza de classe do estado capitalista enquanto ditadura da burguesia, cada vez mais a ditadura do grande capital financeiro.

- O *estado garantidor* faz gala em assumir a responsabilidade pela garantia da “lógica económica do mercado.” Verdadeiramente, trata-se de *subverter o mercado*. Na verdade, os serviços públicos essenciais não podem deixar de ser prestados porque as empresas que os prestam abrem falência (uma das virtudes das economias de mercado: eliminar os que não são competitivos). Por isso os defensores do estado garantidor não se esquecem de lhe impor o *dever de garantir a saúde económica das empresas* que operam nesses sectores, porque essa garantia “é fundamental para assegurar os resultados pretendidos e, sobretudo, para garantir a prestação de um serviço essencial.”

Traduzindo: o estado tem que garantir que essas empresas privadas *tenham sempre lucros*, para que elas possam viver sem sobressaltos. *Lucros certos e bastantes (lucros elevados*, porque as grandes empresas monopolistas não aceitam migalhas!).

Mata-se o *estado económico* e o *estado social* e entrega-se o *governo da economia* às grandes empresas monopolistas, cometendo-se ao *estado garantidor* o dever (patriótico, certamente) de *se substituir ao mercado*, garantindo ao grande capital lucros elevados *sem risco e sem falências* (coisa que o mercado não poderia garantir-lhes).

Para evitar ‘roturas revolucionárias’, fala-se de uma “regulação inteligente”, uma *regulação de diálogo e de garantia*, i. é, a *auto-regulação privada*, abertamente levada a cabo pelas grandes empresas monopolistas, com a cumplicidade do *estado capitalista* agora vestido de *estado garantidor*.

No *grande teatro do mundo*, os encenadores do ‘espectáculo’ despem o estado capitalista das suas vestes ‘antiquadas’ de estado social e enfeitam-no com tantos adornos que acabam por tornar claro que se trata apenas de máscaras, utilizadas com o propósito de disfarçar a *natureza de classe do estado capitalista* enquanto *ditadura da burguesia*, cada vez mais a *ditadura do grande capital financeiro*.

- O *estado social* é acusado de ser um “estado de direcção central, gratuito e universal.” É muita coisa: além de ser um estado de *direcção central* (coisa do demónio!), ele é – talvez o pior de tudo! – “gratuito e universal.” Chegámos ao que importa: o que os

adversários do *estado social* não querem é precisamente um estado que ofereça um sistema público de educação universal e gratuito e um serviço nacional de saúde universal e gratuito.

O *estado social* é acusado também de ser um “estado totalitário” e “anti-social”, porque “amordaça a *liberdade de escolha* dos cidadãos.” Por isso, ao *estado garantidor* (o “estado social do século XXI”) é atribuída a missão de “garantir a *liberdade de escolha* a todos os cidadãos.” E, com base no dogma liberal segundo o qual cada indivíduo é o melhor juiz dos seus interesses e da melhor forma de os prosseguir, a *liberdade de escolha* é aclamada como “um instrumento essencial quer à prossecução do bem individual de cada um quer à prossecução do bem comum da sociedade.” Ela é a *mãe de todas as liberdades!*

Fiéis à sua *vocação totalitária*, logo acrescentam: “ser contra a liberdade de escolha é ser contra o bem de todos os cidadãos, é ser contra a *verdadeira democracia*.” E nós todos sabemos que, para defender a *verdade verdadeira*, foi criada a *Santa Inquisição* (que obrigou Galileu a renegar a sua verdade) e foram criadas as *fogueiras da Inquisição*, onde foi queimado Giordano Bruno (que se recusou a fazer o que Galileu acabou por aceitar).

O *estado garantidor* é venerado como “uma bússola que nos ajuda a saber onde está o norte, o sul, o oeste e o leste.” Por isso, o *catecismo neoliberal* logo dá a sentença: “ser-se contra o estado garantidor é ser-se inimigo da liberdade.”

- Um exemplo apenas para ilustrar o que está em causa. Aplicando a *liberdade de escolha* ao *direito à educação*, os liberais mais ‘ortodoxos’ defendem que aquela liberdade deve ser entendida como *liberdade de escolha da escola*.

A *liberdade de escolha* exige que haja “concorrência livre, leal e saudável” na prestação de serviços de educação, cabendo às famílias o papel de árbitros do *mercado de ensino*, escolhendo entre a escola pública e a escola privada. O *estado garantidor* deve limitar-se a “estabelecer as regras do jogo e a agir quando estas não são cumpridas”, porque o estado “não deve ser jogador e árbitro ao mesmo tempo.” A escola pública passa a ser meramente *supletiva*. O estado não deve criar escolas públicas onde já existam escolas

**Em nome de uma
falsa liberdade,
o que se pretende
é destruir o
estado social.**

privadas e deve pagar às famílias as despesas resultantes da opção pela escola privada.

Este *estado social subsidiário* perfila-se, afinal, como o estado social impedido de o ser: deve apenas *complementar a iniciativa privada*, estimulando e apoiando a *sociedade civil* e os “corpos sociais intermédios” nela existentes.

Ora, que eu saiba, este *direito à escolha de escola* não está consagrado em nenhuma Constituição. Em Portugal, a CRP impõe ao estado tem o dever de criar “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”, constituído por escolas livres, iguais e laicas, onde todos, sem distinção, podem aprender e ensinar com inteira liberdade.

Em nome de uma falsa liberdade, o que se pretende é destruir o estado social.

- As políticas neoliberais têm acentuado as desigualdades e a extrema pobreza atingiu milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da *exclusão social*.

Os arautos do neoliberalismo insistem em que a desigualdade está inscrita na natureza das coisas e é uma coisa boa, uma condição indispensável do crescimento económico. O raciocínio é conhecido. Para que haja investimento novo, é necessário que haja poupanças e só os ‘ricos’ podem desempenhar este papel: arrecadar os lucros, poupar uma parte e investi-la, para criar riqueza, de que os ‘pobres’ irão também aproveitar.

A esta luz, as *despesas sociais do estado* são responsabilizadas pela quebra do ritmo de crescimento e conseqüente aumento do desemprego, porque os recursos que financiam o estado social são recursos ‘roubados’ ao investimento (i.é, à criação de riqueza).

Os estudos mais sérios sobre esta problemática têm mostrado o carácter enganador e mistificatório destes ‘argumentos’. Nos EUA, a partir dos Governos Reagan, os salários reais baixaram, os impostos sobre os rendimentos do trabalho aumentaram, as despesas sociais diminuíram, mas os défices orçamentais e a dívida pública cresceram aceleradamente, porque diminuíram os impostos sobre os rendimentos do capital e sobre os rendimentos mais elevados e cresceram assustadoramente as despesas militares (cujo peso não

cessou de aumentar com as administrações democratas, incluindo a de *Obama-Prémio-Nobel-da-Paz*). A ‘culpa’ das dificuldades experimentadas pela economia e pela sociedade americanas cabe, pois, por inteiro, ao *Warfare State* e não ao raquítico *Welfare State* institucionalizado neste país.

Ao invés, a realidade mostra que os países onde o estado social foi mais longe são países que registam taxas de crescimento do PIB elevadas e sustentadas e que apresentam o mais elevado nível de vida e de bem-estar social.

- Entendem os neoliberais que o *estado social* é um instrumento que garante aos trabalhadores *privilégios excessivos*, que os tempos actuais não comportam. Foi isto o que quis dizer Mario Draghi quando defendeu, enquanto Presidente do BCE, que “os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar.” Como bom discípulo de Milton Friedman, o actual Primeiro Ministro italiano deve entender que o desemprego é sempre *desemprego voluntário* e que as prestações sociais do estado (nomeadamente o subsídio de desemprego) são uma autêntica *subvenção à preguiça*. Conclusão: quem não quer trabalhar não tem nenhuns direitos e não deve ser pago para não trabalhar. Paraphraseando J. K. Galbraith, talvez possamos sintetizar deste modo a ‘filosofia’ dos neoliberais: “os ricos não trabalham o suficiente porque não ganham o suficiente; os pobres trabalham pouco porque ganham demasiado.”

Em determinadas condições históricas, concluiu-se que um sistema público de segurança social financiado pelos descontos de trabalhadores e de empregadores é mais barato e mais eficiente no que se refere à garantia de trabalhadores mais saudáveis, mais motivados, mais disponíveis (mais produtivos), pelo facto de saberem que estão cobertos os riscos (ou uma parte dos riscos) inerentes à sua condição de pessoas que vivem do rendimento do seu trabalho.

Os descontos dos trabalhadores são uma parte do seu salário destinada a alimentar o sistema de segurança social que os protege em situações de doença, de desemprego ou na velhice. Como se o estado fosse uma companhia de seguros, os trabalhadores pagam todos os meses (através de *descontos obrigatórios*) os prémios fixados. O estado não lhes *dá* nada: limita-se a honrar a sua *dívida* para com

os trabalhadores, *restituindo-lhes* apenas aquilo a que eles *têm direito*, porque pagaram antecipadamente as prestações que recebem.

Os descontos dos patrões são, em boa verdade, uma espécie de *salário indirecto*, configurando a *socialização de uma parte dos salários*, que não é paga aos trabalhadores porque uma parte dos custos da sua manutenção e reprodução é suportada pelas prestações oferecidas pelo *estado social* (se elas não existissem, os empregadores teriam de pagar salários mais elevados).

Quer dizer: são os trabalhadores que financiam, por inteiro, o sistema público de segurança social, porque todos os recursos financeiros que alimentam o sistema são, no fundo, uma parte dos salários devidos aos trabalhadores como remuneração do seu trabalho.

Dito isto, quero chamar a atenção para um ponto que reputo essencial. Nas actuais *economias do conhecimento*, as grandes empresas utilizam tecnologias pouco intensivas em mão-de-obra. Justifica-se, por isso, que se modifique radicalmente o sistema de financiamento da segurança social: os descontos patronais devem depender do valor acrescentado líquido das empresas (do volume de negócios, ou da massa dos lucros) e não do número de trabalhadores empregados. Esta é a solução racional e séria, a solução que permitirá alargar a base de incidência das contribuições patronais para a segurança social e aumentar as respectivas receitas, aliviando ao mesmo tempo os encargos que incidem sobre as pequenas e médias empresas (as que empregam mais trabalhadores).

- A tese da *insustentabilidade financeira* dos sistemas públicos de segurança social invoca também o ‘argumento’ de que o peso dos idosos vem aumentando relativamente à população activa, pelo que as receitas provenientes dos descontos dos *activos* não chegam para pagar as despesas com os *inactivos*.

É um ‘argumento’ que ofende a nossa sensibilidade: o aumento da esperança de vida tem de ser saudado como um *ganho civilizacional* e não como um fardo, um pesadelo para a humanidade.

E ofende também a nossa inteligência: o (enorme) aumento da produtividade resultante da revolução científica e tecnológica e da mais avançada qualificação académica e preparação profissional de trabalhadores e empresários compensa amplamente as consequências

Produzimos hoje riqueza suficiente para que todos possamos viver uma vida digna. E todas as previsões apontam no sentido de que o aumento da produtividade não vai abrandar, continuando a crescer muito mais rapidamente do que o número de *inactivos*. O que é preciso é colocar essa riqueza ao serviço dos homens e não ao serviço do grande capital financeiro.

do aumento (não tão acentuado como se apregoa...) do número de *inactivos* em confronto com os *activos*.

É claro que *todos os inactivos* (jovens em idade escolar, pessoas incapazes de trabalhar, desempregados e idosos) têm que ser sustentados pela riqueza criada pelos *trabalhadores no activo*. Mas a capacidade destes para criar riqueza (por pessoa ocupada e por hora de trabalho) tem crescido muitíssimo mais do que o número de *inactivos*. O *produto por habitante* tem aumentado e vai continuar a aumentar, o que significa que cada habitante do nosso planeta (e, por maioria de razão, cada habitante dos países mais desenvolvidos) dispõe actualmente de muito mais riqueza para satisfazer as suas necessidades do que em qualquer outro período da História. Produzimos hoje riqueza suficiente para que *todos* possamos viver uma vida digna. E todas as previsões apontam no sentido de que o aumento da produtividade não vai abrandar, continuando a crescer muito mais rapidamente do que o número de *inactivos*. O que é preciso é colocar essa riqueza ao serviço dos homens e não ao serviço do grande capital financeiro.

Cai por terra o discurso *irracional e desumano* sobre o *conflito de gerações* resultante da *quebra de equidade geracional* que se diz inerente aos sistemas públicos de segurança social assentes na *lógica da solidariedade e da distribuição*. Um discurso monstruoso, que instrumentaliza jovens e idosos, que faz dos pais e dos avós os inimigos dos filhos e dos netos, apenas para servir os interesses e a cupidez do grande capital financeiro, que quer ganhar muito dinheiro sem produzir riqueza nenhuma, expropriando uma parte crescente da riqueza criada pelos trabalhadores dos sectores produtivos, onde se cria a riqueza.

- Depois da catástrofe da 1ª GM (a *guerra que pôs fim às guerras*), do desastre da Grande Depressão e da derrota do nazi-fascismo, as lutas dos trabalhadores e a emulação vinda do campo socialista aconselharam o grande capital a assumir o *compromisso do estado social*.

Entretanto, a partir dos finais da década de 1970, a correlação de forças entre o capital e o trabalho sofreu uma profunda alteração em sentido favorável ao capital, e os *gestores do capitalismo*

voltaram a acreditar que *o capitalismo é eterno* e concluíram que o tempo do compromisso se tinha esgotado.

O *estado social* está ameaçado porque este capitalismo violento e repressivo e o estado ao seu serviço está apostado em cumprir a palavra de ordem friedmaniana de “derrubar definitivamente o estado-providência.”

Eu creio que Mark Blyth tem razão quando defende que o estado social é “uma forma de seguro de activos para os ricos” e quando sublinha que “aqueles que detêm a maioria dos activos andam a fugir ao pagamento do seguro.” É a velha ilusão do *aprendiz de feiticeiro*... Ao brincar com o fogo, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

A crise do capitalismo em curso desde 2008 tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social cuja sobrevivência exige hoje o *crescente agravamento da exploração dos trabalhadores*, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* (patente a partir das crises dos anos 1970) e para tentar satisfazer as *rendas* de que vive o grande capital financeiro.

A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez nos ajude a perceber a urgência de colocar em primeiro plano a construção de uma alternativa a este *capitalismo do crime sistémico*.

- Na verdade, o liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos sécs. XVIII e XIX, um tempo em que [cito Paul Samuelson] “os que não podiam trabalhar também não podiam comer”, e os que não tinham o que comer morriam, como era ‘natural’ e ‘justo’, segundo as *leis naturais* do mercado...

Mas o mundo mudou. Nos anos 1950, Raúl Prebisch compreendeu que, no contexto da América Latina, o liberalismo (imposto pelo FMI aos países com dificuldades financeiras – as famosas *pílulas do Dr. Jacobson*) só poderia ser levado à prática *manu militari*, pela força das armas.

Estudos vários (entre os quais destaco os de Andrew Gamble e de Wolfgang Streeck) confirmam que a *globalização neoliberal* exige

“a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e de dar combate aos *inimigos externos* e aos *inimigos internos*. “Já ficou várias vezes demonstrado que o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado.”

A simples observação da realidade mostra que foi um *estado forte* que criou as condições que permitiram destruir os pilares do *Consenso Keynesiano* e a sua substituição pelo chamado *Consenso de Washington*. Foram as instituições do poder político (os estados nacionais e as organizações internacionais) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal*, inspirado na *plena liberdade de comércio*; na *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial; na privatização do sector público empresarial, incluindo os serviços públicos (até a água, que é a fonte da vida!) e as empresas estratégicas que são o suporte da soberania nacional; na *desregulação* de todos os mercados; na liberdade plena de criação de *produtos financeiros derivados* (as “armas de destruição maciça”, na expressão de Warren Buffet); na *independência dos bancos centrais*, que se traduziu numa espécie de ‘privatização’ dos estados nacionais: inteiramente dependentes dos “mercados” como as famílias ou as empresas, têm de recorrer à banca para assegurar o financiamento das políticas públicas.

Wolfgang Streeck analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia*, um processo que visa alcançar “a imunização do mercado a correcções democráticas” e “a consagração de um *primado duradouro do mercado sobre a política*.” Antes de concluir que “o neoliberalismo não é compatível com um estado democrático”, o sociólogo alemão tem o cuidado de avisar: este processo pode ser levado a cabo “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos”, mas pode sê-lo também “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível actualmente].

Também Joseph Stiglitz tem insistido em que “a globalização parece substituir as antigas ditaduras das elites nacionais por novas *ditaduras das finanças internacionais*.” Com efeito, a “substituição dos princípios democráticos pelas leis do mercado” significou um

O neoliberalismo ‘matou’ a democracia representativa: cumpre-se o ritual das eleições, mas elas não garantem aos eleitores que são eles que fazem as verdadeiras escolhas, aquelas que decidem da vida e do bem-estar dos povos, as decisões que decidem sobre paz e a guerra

verdadeiro “golpe de mercado”, que transformou as próprias eleições em *negócio eleitoral*, substituindo o princípio democrático “uma pessoa, um voto” pelo princípio plutocrático “um dólar, um voto.” É a política que “determina as regras do jogo económico” e as “regras do jogo político são moldadas pelos 1% do topo”, que “condicionam a máquina política”, conseguindo que os estados “definem as regras da globalização de forma a aumentar o seu poder negocial com os trabalhadores.” Stiglitz não deixa dúvidas: “os mercados financeiros conseguem o que querem. Podem existir eleições, mas, dado o modo como são apresentadas aos eleitores, não existe uma verdadeira escolha nas questões que realmente interessam, as questões da economia.”

O neoliberalismo ‘matou’ a *democracia representativa*: cumpre-se o ritual das eleições, mas elas não garantem aos eleitores que são eles que fazem as *verdadeiras escolhas*, aquelas que decidem da vida e do bem-estar dos povos, as decisões que decidem sobre paz e a guerra. As eleições – defende Paul Krugman – oferecem “uma democracia somente de nome (...), incompatível com a democracia real.”

Tendo em conta o Velho Continente, Ulrich Beck enunciou esta síntese: a situação na *Europa neoliberal* caracteriza-se pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.” Não pode chamar-se a isto democracia.

- O resultado das *políticas neoliberais* é dramático: a economia real regrediu, o desemprego, as desigualdades e a pobreza aumentaram. Dados da ONU relativos a 2019 mostram que 820 milhões de pessoas passam fome nas chamadas *sociedades da abundância* (é a *globalização da pobreza*, de que fala Michel Chossudovsky).

E a pandemia agravou tudo. A ONU prevê que mais 176 milhões de pessoas em todo o mundo vão cair em situação de *pobreza extrema*. Perante esta realidade, o Papa Francisco publicou em Out/2020 a *Encíclica Fratelli Tutti*, na qual critica o “dogma da fé neoliberal”, a “especulação financeira” e a “ganância do lucro fácil”, ao mesmo tempo que deixa ao mundo este recado/apelo: “com o dinheiro usado em armas e em outras despesas militares” devia criar-se uma

espécie de fundo mundial destinado a “acabar de vez com a fome e a fomentar o desenvolvimento dos países mais pobres.” Este é, porém, aos ouvidos dos grandes senhores do capital e dos políticos ao serviço da *civilização cristã e ocidental*, um mero *Sermão de S. Francisco aos Peixes...* Pode ser que os peixes o ouçam e se revoltem.

Neste mundo em *guerra civil permanente (guerra de classes, afinal)*, a *pobreza extrema* atinge milhões de pessoas, mas 26 multimilionários detêm tanta riqueza como a metade mais pobre da população mundial (cerca de 3.800 milhões de pessoas). É uma vergonha para a Humanidade. Ocorre-me, em jeito de comentário, este apontamento de Antonio Gramsci, escrito há cerca de um século: nos tempos em que “o velho está a morrer e o novo ainda não pode nascer (...), os fenómenos mórbidos aparecem sempre em grande quantidade e variedade.” *O neoliberalismo não é compatível com a democracia.*

Até a revista *The Economist* foi forçada a aceitar que “a desigualdade chegou a um nível que pode ser ineficiente e má para o crescimento.” E, em finais de 2011, Paul Krugman pôs o dedo na ferida, recordando que “a concentração extrema do rendimento é incompatível com a democracia real.”

- *A Europa do euro* é maior construção do império neoliberal. Só os cegos que não querem ver ignoram o peso político do *capital financeiro* na ‘Europa’. Cito Philippe Legrain, conselheiro do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso: “os Governos identificam os bancos como campeões nacionais a proteger”, “colocando os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos.”

As *políticas de austeridade*, anunciadas como instrumentos para combater a crise aberta em 2007/2208, foram impostas pelo “poder político dos bancos franceses e alemães” e visaram, acima de tudo, salvar da bancarrota os grandes bancos europeus. A austeridade – escreveu Mark Blyth – é “o preço da salvação dos bancos.”

Conclusão que partilho com Étienne Balibar: na *Europa neoliberal*, o poder político “já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro.” É a *ditadura do grande capital financeiro*.

A “mania da austeridade”, a “paixão europeia pela austeridade” está a arruinar a Europa. As *políticas de austeridade* (“insolentes e delirantes”, diz Paul Krugman) obrigaram os seus povos a gastar

4,5 milhões de milhões de euros para salvar a banca, mas “mergulharam dezenas de milhões de cidadãos nas profundezas de uma depressão comparável à da década de 1930.” Estas políticas – escreveu Habermas – vieram “corroer qualquer credibilidade democrática” ao processo de integração europeia. Elas “significam, aos olhos de todos (cito Wolfgang Streeck), um fracasso moral, político e económico do projecto europeu”, uma “catástrofe política e económica”, traduzida numa situação que “viola as condições mínimas fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.” Elas (defende Paul Krugman) exigem às suas vítimas (os pobres dos países mais pobres) “sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis.”

Elas “pecam contra a dignidade dos povos”, confessou em público Jean-Claude Juncker (então Presidente da Comissão Europeia). E eu creio que estas políticas, sejam pecado ou não, configuram um qualquer tipo legal de crime, inadmissível em democracia, porque nenhuma democracia pode acolher políticas que *atentam contra a dignidade dos povos*. Pergunto: como classificar os *crimes que atentam contra a dignidade dos povos*? Por isto mesmo, o *apartheid* foi considerado pela ONU um *crime contra a Humanidade*. As *políticas de austeridade* não podem ter outra classificação.

- Em 2010, um *Grupo de Reflexão* presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais.”

Em Jun/2012, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa manifestou a sua preocupação pelo facto de as políticas de austeridade estarem a afectar negativamente os direitos sociais e a própria democracia.

Ainda em 2012, a OIT condenou a anulação ou a suspensão de convenções colectivas de trabalho e a adopção de procedimentos menos favoráveis aos trabalhadores (medidas que integram as *políticas de austeridade*) por violarem gravemente *direitos fundamentais dos trabalhadores*: a liberdade de contratação colectiva e a inviolabilidade das convenções colectivas. Todos sabem que a *contratação colectiva* tem sido o instrumento mais eficaz de melhoria dos salá-

Ora é hoje incontestável que as *políticas neoliberais* vêm alimentando a ascensão do *populismo* (o nome envergonhado que agora dão ao fascismo, uma espécie de *fascismo escondido* com o *populismo de fora*).

rios, das condições de trabalho e do bem-estar dos trabalhadores. Por isso a atacam sem dó nem piedade.

Dados de 2010 indicavam que a rica Europa condenava à *pobreza* e à *exclusão social* cerca de 85 milhões de cidadãos (incluindo 19 milhões de crianças). Recentemente, a *Cimeira Social Europeia* (Porto, Maio/2021) reconheceu que mais de 20% da população (95 milhões de pessoas, entre as quais 18 milhões são crianças) estão em risco de pobreza. E a *Cimeira* – que tanto propangandeou o seu empenho em reforçar o *modelo social europeu* – prometeu (só *prometeu...*) que, até 2030, sairão da situação de pobreza 15 milhões de pessoas (das quais 5 milhões de crianças). Sem contar os novos pobres que vêm com o tempo, 80 milhões de pessoas (13 milhões das quais serão crianças) continuarão na pobreza.

Também na Europa a pandemia acentuou a pobreza e a desigualdade. Os trabalhadores perderam os seus postos de trabalho, perderam poder de compra, perderam direitos. Muitos estão a passar fome: em Portugal, aos cerca de dois milhões de pobres já existentes, a pandemia acrescentou 400 mil novos pobres, muitos deles saídos das chamadas classes médias. E de muitos lados vem o aviso: passada a pandemia, os pobres (os estados e as pessoas) vão demorar muito mais tempo do que os ricos a recuperar o poder de compra e os níveis de bem-estar.

- Em 1943, certamente por entender que a ascensão da nazismo na Alemanha foi, em grande parte, fruto das políticas do Chanceler Brüning (idênticas às actuais *políticas neoliberais de austeridade*), o grande economista polaco Michel Kalecki deixou este recado aos povos da Europa: “A luta das forças progressistas a favor do pleno emprego é ao mesmo tempo um modo de *prevenir* o regresso do fascismo.” Ora é hoje incontestável que as *políticas neoliberais* vêm alimentando a ascensão do *populismo* (o nome envergonhado que agora dão ao fascismo, uma espécie de *fascismo escondido* com o *populismo de fora*). O ‘recado’ de Kalecki mantém plena actualidade. Mas a *Europa neoliberal* prefere esquecer a sua própria história (e as suas responsabilidades perante a História), desertando do combate para *prevenir o regresso do fascismo*.

Neste tempo em que até o FMI vem falando da necessidade do *regresso a Keynes*, seria de esperar que os dirigentes europeus

esquecessem as receitas neoliberais e abrissem caminho a políticas de combate ao desemprego e de promoção do *pleno emprego*. Mas não. A referida *Cimeira Social Europeia* só *prometeu* arranjar trabalho para 78% dos trabalhadores europeus. 12% (talvez o correspondente à *taxa natural de desemprego* de que fala Milton Friedman) continuarão no desemprego, para manter operacional o *exército industrial de reserva*.

A *Europa neoliberal* continua a rejeitar uma *estratégia coordenada em matéria de emprego*, e, sobretudo, uma *política de pleno emprego*. Continua a defender que as ‘imperfeições’ do mercado de trabalho (decorrentes do *estado social*) proporcionam salários elevados e que os salários elevados são os responsáveis pelo desemprego (tese que, até hoje, nunca ninguém demonstrou). E continua a defender que a manutenção da “capacidade concorrencial da economia da União” exige a *flexibilidade da legislação laboral*, capaz de garantir “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas.” Alguns acompanham os mais radicais defensores do neoliberalismo, responsabilizando os sindicatos pelo desemprego por resistirem à baixa dos salários nominais e ameaçando o movimento sindical, porque os “opressivos monopólios do trabalho [cito Gottfried Haberler] (...) começam a ser incompatíveis com a economia de mercado livre.” Estão em boa companhia: num congresso do seu partido, a Sr^a Thatcher acusou os sindicatos britânicos de quererem por quererem “destruir o estado.” *Inimigos internos*, portanto, contra os quais desencadeou uma guerra sem quartel.

Em 2004/2005 (por ocasião da discussão sobre a chamada Constituição Europeia), um grupo de personalidades (entre as quais Jacques Delors e António Guterres) trouxe a público uma *Petição* na qual se defendia que as leis do mercado não podem assegurar “o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos direitos fundamentais e a coesão dos territórios.” Daí o apelo aos estados-membros da UE no sentido de promoverem o acesso de todos aos *serviços públicos*, “enquanto garantes dos direitos fundamentais, elementos do *modelo social europeu*.”

Nesta mesma *Petição*, os signatários defendiam que “a precariedade, a pobreza e a exclusão diminuem a nossa coesão social e os próprios fundamentos das nossas democracias.” E recordavam:

“A história do nosso continente mostra que a *injustiça social* pode provocar estragos consideráveis e pode inclusivamente dar lugar a *épocas de horror*. Diz-se que *as mesmas causas produzem os mesmos efeitos...* E nós não queremos que os nossos filhos conheçam o horror.”

Em nome da dignidade humana e em nome da paz, defendiam que a ‘Europa’ deveria empenhar-se em “construir uma sociedade de bem-estar, uma sociedade de felicidade pessoal e de coesão social”, através de políticas de habitação social, de combate ao analfabetismo e à pobreza, de combate ao desemprego e de promoção do emprego.

Pois bem: nem no projecto de *constituição europeia* nem no *Tratado de Lisboa*, herdeiro directo daquela, os ‘donos da Europa’ levaram minimamente em conta a proposta daquelas personalidades tão insuspeitas de anti-europeísmo. Os ventos do neoliberalismo dominante, soprados pelos interesses do grande capital financeiro, não deixaram ouvir a voz do bom senso. Em nome do ideário neoliberal, sacrificou-se a *Europa Social* à *Europa do capital*.

A recente *Cimeira Social do Porto* continuou no mesmo caminho, esquecendo-se de que “a história do nosso continente mostra que a *injustiça social* pode provocar estragos consideráveis e pode inclusivamente dar lugar a *épocas de horror*.” Tal como nos anos 1930, *novas formas de fascismo* (agora sob a capa do *populismo*), vão-se disseminando e fortalecendo, ganhando contornos que ultrapassam as formas ‘brandas’ do “fascismo de mercado”, o *fascismo eterno*, inerente ao capitalismo.

- Perante a pandemia, o Secretário-Geral da ONU fez repetidos apelos no sentido de fazer da vacina anti Covid-19 um *bem público universal*, acessível a todos.

Em finais de Abril/2020, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Declaração/Apelo na qual se defendia a colaboração internacional para a descoberta de uma vacina e se proclamava o direito de todos, em todo o mundo, a aceder a ela, logo que fosse descoberta.

Em Maio/2020, foi a vez do Papa Francisco lembrar que o “direito de alguns à liberdade de empresa não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres.”

Mesmo neste ambiente de catástrofe, as multinacionais farmacêuticas não renunciam à sua atitude de desprezo para com as pessoas, prosseguindo os seus objectivos de sempre, como vampiros que comem tudo e não deixam nada.

Em Fev/2021, vários países apresentaram na OMC uma proposta de suspensão temporária dos direitos das patentes dos medicamentos e vacinas destinados à luta contra a Covid-19. Esta proposta colheu o apoio da OMS e de 99 dos 164 estados-membros da OMC. Mas foi derrotada pelos votos dos EUA, Japão, Canadá, Austrália e Suíça e pelos votos da UE e dos seus estados-membros, entre os quais Portugal. A pandemia já matou milhões de pessoas em todo o mundo. Mas os seguidores da ideologia neoliberal sacrificam vidas humanas aos lucros obscenos das multinacionais farmacêuticas, financiadas com dinheiros públicos.

No início de Maio/2021, o Presidente Biden anunciou que o seu País encararia com bons olhos a suspensão dos direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas anti-Covid-19.

Acompanhando as grandes multinacionais, a Alemanha manifestou-se imediatamente contra. Durante a *Cimeira Social do Porto*, os dirigentes da UE dividiram-se. Mas a ‘Europa’ que tanto gosta de se afirmar como o *berço dos direitos humanos*, a Europa que pagou a maior parte da investigação de onde saíram as vacinas acabou por se aliar às multinacionais farmacêuticas, cujos interesses põs “acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres.” Mais uma vez, a *Europa de Vichy* vergou-se às imposições da Alemanha.

Tem toda a razão o Secretário-Geral da ONU: a obtenção das vacinas foi um sucesso para a ciência, mas está a ser um fracasso rotundo para a solidariedade internacional. Quando a economia não está ao serviço dos homens mas ao serviço da maximização do lucro não pode esperar-se outra coisa. Mesmo neste ambiente de catástrofe, as multinacionais farmacêuticas não renunciam à sua atitude de desprezo para com as pessoas, prosseguindo os seus objectivos de sempre, como vampiros que *comem tudo e não deixam nada*. “É inadmissível – escreve Joseph Stiglitz – que um oligopólio de empresas privadas detenha o poder de decidir quem, quando e onde se vacinar: eles devem ceder as patentes que detêm.”

É inadmissível, mas os *poderes políticos dominantes* apoiam-nas, invocando sempre o *catecismo neoliberal!* E o resultado é óbvio: “As desigualdades aumentam em vez de diminuírem, para permitir que as empresas farmacêuticas maximizem os lucros, vendendo primeiro àqueles que podem pagar mais.”

O que está a acontecer aos olhos de todo o mundo é uma desgraça do ponto de vista ético, e é mau do ponto de vista do combate à pandemia e do ponto de vista estritamente económico. O atraso na vacinação à escala mundial propiciará o aparecimento e a difusão de novas mutações do vírus, potenciando o aumento do número de doentes e de mortos. E a recuperação das economias far-se-á a um ritmo muito mais lento.

Joseph Stiglitz condensa, em poucas palavras, esta “verdade assustadora”: “os monopólios matam”!

- Vivemos num *tempo de grande desespero*. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta, um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo de paz. Por isso este é também um *tempo de esperança*.

“Os que protestam contra a globalização – lia-se no editorial de *The Economist*, de Set/2000 – têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos.”

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

Perante as contradições desencadeadas pelas *políticas de globalização neoliberal*, concordo com Eric Hobsbawm: “há sinais de que chegámos a um ponto de crise histórica. (...) O nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar.” E, como o grande historiador inglês, creio que “o futuro não pode ser uma continuação do passado.

Sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as

boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Os povos organizados podem, porém, acelerar o movimento da História e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida* (como diz o poema de António Gedeão), *a utopia ajuda a fazer o caminho* (como ensina Eduardo Galeano).

Coimbra, Novembro de 2021

António Avelãs Nunes

Professor Catedrático Jubilado da FDUC

Os povos organizados podem, porém, acelerar o movimento da História e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. *E se o sonho comanda a vida* (como diz o poema de António Gedeão), *a utopia ajuda a fazer o caminho* (como ensina Eduardo Galeano).